DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS

Conforme Lei Municipal nº 2.978, de 27 de julho de 2017

www.riodaspedras.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/rio das pedras

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Comunicados 2

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Rio das Pedras, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Rio das Pedras poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.riodaspedras.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/rio das pedras
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Rio das Pedras
CNPJ 44.826.840/0001-83
Ladeira José Leite de Negreiros, 10
Telefone: (19) 3493-9490
Site: www.riodaspedras.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/rio das pedras

Câmara Municipal de Rio das Pedras
CNPJ 03.219.351/0001-86
Rua Moraes Barros, 270
Telefone: (19) 3493.8300
Site: www.camarariodaspedras.sp.gov.br

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Pedras
CNPJ 45.771.474/0001-75
Av. Adhemar de Barros, 496
Telefone: (19) 3493-3070
Site: www.saaerdp.com.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Rio das Pedras garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.riodaspedras.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/rio das pedras

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

Resolução SEDUC 06/2022 DE 29 de setembro de 2.022

(Dispõe sobre o processo de inscrição, classificação e atribuição de classes ou aulas aos docentes do Quadro de Magistério da Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Pedras, para o ano letivo de 2023).

O Secretário Municipal de Educação DANIEL GONÇALVES, tendo em vista o que determina o artigo 85 da Lei Municipal nº2441 de 03/01/2008 alterada pela Lei Municipal nº2694 de 22/11/2011 e observadas às diretrizes da Lei Federal nº 9.394/96, e ainda considerando a necessidade de estabelecer normas, critérios e procedimentos que assegurem legalidade, legitimidade e transparência ao processo anual de atribuição de classes e aulas, na Rede Pública Municipal de Ensino.

Resolve:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Artigo 1º - Considera-se processo inicial de atribuição de classes/aulas aquele que antecede o início do ano letivo.

Artigo 2º - Compete ao Suporte Pedagógico da Unidade Escolar, observadas as normas legais convocar e inscrever docentes efetivos para o processo de inscrição nas unidades escolares, no período de 03/10/2022 à 28/10/2022 para Educação Infantil (em vacância), Ensino Fundamental I (em vacância) Ensino Fundamental II, Educação Básica, Educação Especial, Ensino Profissionalizante e Professor Adjunto.

§ 1º Os docentes que estejam afastados a qualquer título deverão ser convocados formalmente para efetuar sua inscrição ou se fazer legalmente representar para este fim e também se necessário, para fins de atribuição de classes/e ou aulas do processo inicial.

§ 2º Os docentes que não realizarem a inscrição de caráter obrigatório de que trata este artigo, não será conferida pontuação adicional ou cumulativa, sendo estes classificados nos processos de atribuição e ou remanejamento.

§ 3º O professor adjunto que optar por ampliar sua jornada de trabalho, deverá realizar o pedido no período da inscrição de acordo com anexo I.

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

§ 4º O professor PEB II deverá no período de inscrição optar pela jornada de trabalho de acordo com a Lei Municipal nº 2441 de 03 de janeiro de 2008 e posteriores alterações.

§ 5º A inscrição do professor será por campo de atuação, momento em que o titular de cargo que pretenda exercer a docência a título de carga suplementar, em outro campo de atuação, disciplina e/ou em projetos da Secretaria Municipal da Educação, deverá registrar esta opção.

Da Classificação:

Artigo 3º - Estabelece normas quanto à classificação e pontuação dos docentes efetivos para atribuição de classes/aulas atendidos os seguintes critérios:

1) Quanto ao tempo de serviço: No tempo de exercício Público Municipal de Ensino de Rio das Pedras: **0,03** por dia;

2) Quanto aos títulos de formação e capacitação profissional, concluídos de **01/11/2021 a 30/09/2022**: (Decreto nº 2467, de 28 de setembro de 2020).

a) Certificado de Pós-Graduação em nível de Especialização com carga horária mínima de 360 horas em área de Educação: **1,0 ponto (um ponto).**

b) Certificado de Conclusão de Mestrado em área da Educação: **3,0 (três pontos).**

c) Certificado de Conclusão de Doutorado em área de Educação: **6,0 (seis pontos)**

d) Licenciatura na área de Educação não exigida para o exercício do emprego- **2,00 (dois pontos).**

e) Cursos sequenciais, de aperfeiçoamento, especialização ou capacitação na área da Educação, com carga horária mínima de 150 horas: **0,5 ponto (meio ponto).**

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

f) Certificado de participação de cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação: **1,00 (um ponto)** com 100% de frequência.

Artigo 4º - Para efeito da pontuação a que se refere o parágrafo anterior, o tempo será contado em dias corridos, descontando-se os períodos de licenças, afastamentos e faltas dos docentes, exceto:

a) Licenças: nojo, gala, por acidente do trabalho, gestante, adoção, paternidade e licença compulsória;

b) Afastamento por júri ou outros considerados obrigatórios por lei.

c) Abonadas.

§ 1º- A data base para contagem e cômputo do tempo de serviço será 30/06/2022.

§ 2º- Para desempate na classificação dos inscritos serão adotados os seguintes critérios:
a) Data de nascimento;
b) Número de dependentes.

§ 3º- Não serão computados os dias de trabalho concomitantes.

§ 4º O tempo de serviço do docente regido por esta Resolução, trabalhado durante o afastamento do seu cargo de origem, a qualquer título, somente em setores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, será computado regularmente, para fins de pontuação e classificação no processo de atribuição de aulas e/ou classes.

Artigo 5º- A classificação será elaborada em escala própria no campo de atuação das classes/aulas a serem atribuídas, correspondentes às classes dos docentes:
I) Educação Infantil (em vacância)
II) Ensino Fundamental I (em vacância)
III) Educação Básica I
IV) Ensino Fundamental II
V) Professor Adjunto
VI) Educação Especial
VII) Ensino Profissionalizante

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

Parágrafo Único: A Lista Geral de Classificação dos docentes será disponibilizada até o dia 16/11/2022, a qual será afixada na sede da Secretaria Municipal de Educação e enviada às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Artigo 6º- Fica estabelecido o prazo máximo de 72 horas (setenta e duas horas), após a publicação das listas de classificação, para protocolar recurso pelos interessados no protocolo municipal, à Ladeira José Leite de Negreiro nº 10, Centro, no horário de expediente 08h00 às 16h00. (Anexo II)

Parágrafo Único - Os recursos serão apreciados e julgados pela Secretaria Municipal de Educação. Em caso de deferimento do recurso, a lista final de classificação será novamente disponibilizada, nos mesmos locais descritos no *caput,* no dia 25 de Novembro de 2022, sendo irrecorrível.

Do Processo Inicial de Atribuição Classes/Aulas

Artigo 7º- A atribuição de classes/aulas objetiva:

I) Acomodação dos docentes nas unidades escolares municipais;
II) A fixação da forma de cumprimento da jornada de trabalho;
III) A definição do horário de trabalho e período correspondente;

Artigo. 8º - As jornadas de trabalho dos integrantes do Quadro do Magistério Público de Rio das Pedras, de acordo com o Plano de Carreira vigente (artigo 27 da lei 2694/2011), são as seguintes:

I – Para as etapas do Ensino Infantil:

Jornada Básica – 37 horas-aulas, sendo 25 horas-aulas em regência, 05 horas-aulas de horário de trabalho pedagógico coletivo e 07 horas-aulas de atividades de livre escolha;

II – Para as séries/anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Especial:

Jornada Básica - 37 horas-aulas, sendo 25 horas-aulas em regência, 05 horas-aulas de horário de trabalho pedagógico coletivo e 07 horas-aulas de atividades livre escolha;

III - Para as últimas séries/anos do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Ciclo II:

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

Jornada Reduzida: de 18 horas-aulas semanais sendo, 12 horas-aulas em regência, 03 horas-aulas de trabalho pedagógico coletivo e 03 horas-aulas de atividades livre escolha;

Jornada Inicial: de 24 horas-aulas semanais sendo, 16 horas-aulas em regência, 3 horas-aulas de trabalho pedagógico coletivo e 5 horas-aulas atividades de livre escolha;

Jornada Básica: 30 horas-aulas, sendo 20 horas-aula em regência e 4 horas-aulas de trabalho pedagógico coletivo e 6 horas-aulas atividades de livre escolha;

Jornada Integral: 40 horas-aulas, sendo 26 horas-aulas em regência, 6 horas-aulas de trabalho pedagógico coletivo e 8 horas-aulas atividades de livre escolha.

Parágrafo único. A jornada integral a que se refere o inciso terceiro poderá variar de trinta e seis horas-aulas a quarenta horas-aulas de acordo com o componente curricular.

IV – Para a Educação de Jovens e Adultos – Ciclo I:

Jornada de 30 horas-aulas, sendo 20 horas-aulas em regência de classe, 04 horas-aula de trabalho pedagógico coletivo e 06 horas-aulas de atividades de livre escolha.

V – Para Professor Adjunto:

Jornada de 18 horas-aulas semanais, sendo 12 horas-aulas em regência e 03 horas-aulas de trabalho pedagógico coletivo e 03 horas-aulas de atividades de livre escolha ou de acordo com a jornada da substituição.

VI – Para o ensino profissionalizante:

Jornada de acordo com aquela exigida para cada disciplina específica e de acordo com o Regimento da Unidade de Ensino em que o docente ministrará aulas.

§ 1º Durante todo o processo de atribuição de classes e ou aulas, será respeitada a opção de jornada de trabalho indicada pelo professor.

§ 2º As aulas dos componentes curriculares de Educação Física, Artes e Inglês, quando atribuídas na Educação Infantil, Fundamental I e Educação Especial (classes exclusivas), deverão se iniciar ao mesmo horário estipulado para o inicio das aulas aos discentes.

Artigo 9º- A atribuição das salas da Educação Especial e Salas Multifuncionais serão atribuídas de acordo com a seguinte conformidade:

I) Licenciatura Plena em Educação Especial, conforme disposto no Parecer CEE 65/2015;

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

II) Licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação específica na área da necessidade;

III) Mestrado ou Doutorado na área da necessidade especial, com prévia formação docente;

IV) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior, com curso de Especialização, com carga horária de no mínimo 360 horas

V) Qualquer Licenciatura Plena, com curso de Especialização, com carga horária de no mínimo 360 horas.

Parágrafo Único - O docente que tiver sala atribuída na Educação Especial, exclusivamente nas Salas Multifuncionais, não havendo demanda para formação de turmas na Unidade de sua escolha, deverá também atuar na modalidade Itinerante em escola diversa.

Artigo 10- Os professores efetivos estaduais afastados para cumprimento do Convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação/Município terão assegurada a atribuição de uma classe/e ou aulas na Unidade Escolar onde aconteceu a municipalização.

Parágrafo Único: Os professores a que se refere o artigo anterior que não tiverem aulas suficientes para completar sua jornada na unidade municipalizada poderão tê-las atribuídas em outras unidades escolares, bem como, participarem do remanejamento.

Artigo 11- O professor readaptado não participará do Processo de Atribuição de Classes e/ ou Aulas.

Artigo 12- Os servidores efetivos do Quadro do Magistério afastados para o exercício de funções ou cargos de suporte pedagógico participarão regularmente do processo de atribuição de classes ou aulas.

Parágrafo Único - Os servidores efetivos do Quadro do Magistério afastados para o exercício de funções ou cargos de suporte pedagógico não participarão do processo de remanejamento.

Artigo 13- O professor ausente no dia da atribuição, de forma injustificada nos termos da legislação atinente, ou que se recusar a escolher uma das opções disponíveis, terá a classe e/ou aulas atribuídas de forma compulsória, pela Secretaria Municipal de Educação.

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

Artigo 14- O professor efetivo que assumir as aulas de reforço escolar, não poderá deixá-las durante o ano letivo salvo em situações de doença ou outro motivo de força maior.

§ 1º- O docente que desistir das aulas a que se refere o caput deste artigo, não terá direito de concorrer às outras atribuições no ano corrente, promovidas pela Secretaria de Educação.

§ 2º- Qualquer situação que envolva a descontinuidade do trabalho deverá ser realizada mediante requerimento expresso para análise da autoridade competente.

Artigo 15- - Os docentes atendidos pela Lei Orgânica Municipal (Capitulo II, art. 78, § 3º), terão reduzida sua carga horária diária de trabalho pela metade e deverão cumprir o horário respeitando-se a proporcionalidade de HTPC e HTPL. Deverão exercer a função docente junto aos alunos, conforme a necessidade da unidade escolar a qual o docente teve classe/aulas atribuídas.

Artigo 16- As sessões do processo de atribuição de classes/aulas, dar-se-ão de acordo com o campo de atuação, nas seguintes fases:

Fase I

I) Professores do Ensino Fundamental I — em vacância;
II) Professores conveniados junto ao Município (PEB I e PEB II);
III) Professores de Educação Infantil — em vacância;
IV) Professor de Educação Básica I;
V) Professor Adjunto;
VI) Professor de Educação Básica II;
VII) Professor de Educação Especial;
VIII) Professor Profissionalizante;

Fase II

I) Aos docentes que vierem a se encontrar em situação de excedência, conforme preceitua o capítulo XXII da Lei Municipal 2441 de 03/01/2008 alterada pela Lei Municipal nº 2.694 de 22/11/2011;

Fase III

I) Servidor titular de cargo em extinção, interessado em reger classe em área diferente daquela estabelecida pelo concurso público de sua efetivação. (ANEXO III)
II) Professores interessados em substituir titular afastado para cargos de função gratificada e outros afastamentos.

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

III) Professores interessados em ampliar sua jornada de trabalho com carga suplementar

Parágrafo Único: A atribuição de classes/aulas a que se refere o artigo seguirá o cronograma de atribuição expedido pela Secretaria Municipal de Educação afixada em todas as unidades escolares

Art. 17 - A atribuição de aulas de Reforço Escolar durante o ano letivo de 2023 será realizada com os professores efetivos que estejam devidamente inscritos, vindo em seguida os demais classificados e admitidos por Processo Seletivo ou outro modo de contratação nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, observada as Resoluções e demais normativas incidentes do Ministério da Educação.

Parágrafo Único: Toda atribuição que ocorrer durante o ano letivo de 2023 obedecerá a seguinte ordem:

I - As listas dos docentes efetivos devidamente cadastrados, na respectiva ordem de classificação e campo de atuação;
II- Os admitidos no Processo Seletivo, obedecendo à ordem de classificação e campo de atuação.

Artigo 18 - Fica autorizada a representação do professor impedido de participar da atribuição de classes/aulas por meio de procuração pública ou particular para o ano letivo de 2023.

Artigo 19 - Ocorrendo excedência do professor será atribuída:

I – Classe ou vaga de titular em impedimento legal;
II – Aulas de seu componente curricular ou de componente afim, ou ainda de outras disciplinas, para as quais esteja legalmente habilitado e em unidades de ensino que tenham déficit de profissionais.

Parágrafo Único - Se o número de aulas existentes no componente curricular do titular não for suficiente para constituição de sua jornada poderá completá-la com aulas livres e ou substituição, do componente curricular não específico da mesma licenciatura, desde que após a atribuição aos titulares de cargo desse componente na respectiva jornada.

Artigo 20 - A atribuição de classes/aulas da Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissionalizante terão validade semestral e será efetuada juntamente com as aulas do Ensino Regular.

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

§ 1º - A atribuição de aulas da Educação de Jovens e Adultos – EJA e Ensino Profissionalizante terá validade semestral, devendo permanecer o mesmo professor no termo subsequente durante o ano letivo.

§ 2º - Para as atribuições das classes e/ou aulas dos cursos da Educação de Jovens e Adultos - EJA e Ensino Profissionalizante o ano letivo será dividido em dois semestres, ocorrendo, portanto, duas atribuições: uma no início do primeiro semestre e outra no início do segundo semestre, com data a ser definida pela SEDUC e publicada em edital específico para a atribuição (com data, local e horário) do segundo semestre.

Artigo 21 - Os professores que acumulam cargo deverão comparecer munidos de declaração atualizada de seu horário de trabalho, expedida pela Direção da Escola, a fim de viabilizar a nova atribuição com observância à compatibilidade de horários e distâncias entre as unidades, inclusive de hora de trabalho pedagógico realizado junto ao outro Município e ou/Estado, para análise da Secretaria Municipal de Educação. Não será efetuada atribuição de classes/aulas, que dependam de acertos ou ajustes de horários posteriores, inclusive com relação aos HTPCs.

§ 1º - O intervalo entre o término do horário de um cargo e o início do outro em escolas deste município será de 15 (quinze) minutos;

§ 2º - O Suporte Pedagógico da Unidade de Ensino será a autoridade responsável em analisar o documento comprobatório de acúmulo, de emprego, cargo ou função. Nos casos do não cumprimento do prazo estabelecido no parágrafo 2º e/ou incompatibilidade de horário, o Suporte Pedagógico da U.E. deverá oficiar à SEDUC – Secretaria Municipal de Educação, para as devidas providências.

Artigo 22 - No ato da Atribuição de Classes ou aulas, os professores da rede municipal de ensino, deverão estar cientes, quanto à obrigatoriedade do cumprimento do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC, integrante de sua carga horária e jornada de trabalho, de acordo com decreto que regulamenta.

Parágrafo Único – Os docentes que não acumulam cargo deverão apresentar declaração de não acumulo de cargo. É de responsabilidade de o servidor informar quando houver alteração de situação funcional, emitindo declaração a qual deverá ser apresentada ao diretor da unidade escolar em que atua.

Artigo 23 - Os professores adjuntos que requereram e tiver deferida a ampliação de jornada na forma do artigo 55 da Lei Municipal 2441 de 03/01/2008, alterada parcialmente pela Lei Municipal nº 2.694, de 22/11/2011 terão classes atribuídas de acordo com a disponibilidade. Cessando as classes disponíveis, os

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

professores adjuntos cumprirão a jornada mínima de 18 horas aulas, de acordo com as necessidades das unidades escolares nos seguintes casos: substituições eventuais de titular de emprego, atendimento a alunos com defasagem de aprendizagem, auxílio em classes que tenham alunos com deficiência, e ficarão à disposição de solicitações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 24 - As classes e ou aulas dos professores efetivos que se afastarem para exercer os cargos de função gratificada e/ou afastamento, serão oferecidas na fase III (Remanejamento).

§ 1º Ocorrendo o retorno do Titular do Cargo afastado para outras funções, o professor que o estiver substituindo retornará automaticamente para sua classe de origem, se efetivo, ou realocado para outra unidade escolar de acordo com as necessidades da Secretaria da Educação, se contratado.

§ 2º As classes/aulas de Professor Titular de Cargo que venha a se afastar por qualquer que seja o motivo após o início do ano letivo de 2023 serão oferecidas a professor Titular de Cargo em forma de remanejamento segundo classificação geral.

§ 3º O professor que remanejar para outra classe e ou aulas não poderá retornar à sua classe de origem até o final do ano letivo, exceto na situação indicada no parágrafo primeiro ou para exercer outras funções ou projetos especiais da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º As classes/aulas do titular remanejado, mencionado no parágrafo anterior serão atribuídas a professor contratado temporariamente.

Artigo 25 - Ao término da fase inicial do processo de atribuição de classes e/ou aulas para os titulares de emprego, e havendo necessidade, a Secretaria Municipal de Educação procederá à atribuição de vagas para admissão em caráter temporário aos aprovados no Processo Seletivo ou quaisquer outros equivalentes em vigência, observando a lista de classificação e sua respectiva ordem, conforme regulamentação específica.

Parágrafo Único: Após o processo inicial de atribuição, as classes aulas que vierem a ser criadas serão atribuídas a professor contrato temporariamente.

Da atribuição da Carga Suplementar

Artigo 26 - Entende-se por carga suplementar de trabalho o número de horas prestadas pelo docente, além daquelas fixadas para a jornada de trabalho, a fim de atender as necessidades das Unidades Escolares.

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

Artigo 27 - As classes e ou aulas originadas por afastamentos, licenças e projetos pedagógicos especiais criados após o processo de atribuição inicial ou livre serão oferecidas como substituição, em caráter de carga suplementar, obedecendo à classificação geral.

Artigo 28 - Para atribuição de classes e ou aulas serão observadas os seguintes critérios:

I) A soma da carga horária semanal de trabalho dos docentes, eventualmente acrescido de carga horária semanal suplementar, não poderá exceder a 40 (quarenta) horas-relógio semanais.

II) Período diário de atividades não poderá exceder a 8 (oito) horas-relógio de trabalho.

§ 1º Constitui, parte da jornada do professor, a HTPC (hora de trabalho pedagógico coletivo).

§ 2º A hora-atividade destinada ao professor em exercício de docência para estudos, planejamento, avaliação e outras atividades de caráter pedagógico, a ser efetivada na instituição de ensino,deverá ser cumprida de acordo com o regulamentado por meio de Decreto específico, emitido pela Secretaria de Educação-SEDUC.

Artigo 29 - Havendo retorno do titular da classe e ou aula, o professor substituto será destituído automaticamente da carga suplementar, podendo pleitear nova atribuição.

Artigo 30 - Os Docentes efetivos que estiverem afastados em licença sem vencimentos, readaptados ou em processo de readaptação, com exceção de licença gestante, licença saúde, licença gala ou licença nojo, estarão impedidos de ter atribuída a Carga Suplementar até que perdure o afastamento.

§ 1º O aumento de carga horária ao docente que se encontre em licença ou afastamento a qualquer título, somente será concretizado, para todos os fins e efeitos, na efetiva assunção de seu exercício.

§ 2º Os docentes que tiverem aulas atribuídas em caráter suplementar para o ano letivo de 2023 e optarem por deixá-las, o fará em sua totalidade e ficarão impedidos de participar do processo de atribuição durante o ano letivo, exceto em caso de desistência que tenha fundamentada justificativa previamente analisada e declarada como situação que importe em não aplicação dessa penalidade pela Secretaria Municipal da Educação.

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

§ 3º Os vencimentos correspondentes à jornada de trabalho e/ou carga suplementar de trabalho atribuída ao professor para o exercício letivo de 2023, surtirão efeito a partir do primeiro dia letivo.

Disposições Finais

Artigo 31 - *O docente candidato à admissão por prazo determinado que não comparecer ao processo de atribuição e nem se fizer representar por procurador será automaticamente desclassificado.*

Artigo 32- Os documentos exigidos serão os constantes no edital do referido processo seletivo e deverão ser apresentados na data de convocação publicada em edital de convocação expedido pela Secretaria Municipal de Educação. Cabendo a Secretaria Municipal de Recursos Humanos solicitar outros documentos se julgar necessário, realizar os procedimentos para a contratação temporária e autorizar o exercício do docente contratado.

Artigo 33 - Nas hipóteses de substituições por período inferior a 15 dias, será o Suporte Pedagógico da Unidade Escolar o responsável pela designação de servidores substitutos eventuais, observando a pontuação dos docentes que atuam na Unidade, devendo obrigatoriamente ser informado a SEDUC.

Artigo 34- Independentemente da função funcional, o professor que faltar sistematicamente e injustificadamente durante a semana, em qualquer das atividades contidas em sua jornada, inclusive nos HTPCs estará sujeito às sanções previstas no artigo 75 da Lei Municipal no 2441/08, com redação alterada pela Lei Municipal no 2694/11 e Lei Municipal nº 3.023, de 14 de maio de 2018, caso fique caracterizado prejuízo do Ensino Público por não cumprimento de sua carga horária.

Parágrafo Único- O Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo será regulamentado por Decreto do Executivo, conforme Inciso VI do art.48- Lei 2694, de 22/11/2011.

Artigo 35- Compete ao Suporte Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades Escolares, realizar as atribuições de classes e ou aulas, observadas às normas legais e respeitada a classificação dos docentes, por campo de atuação de classes e ou aulas do ano letivo de 2023.

Artigo 36- A Secretaria Municipal de Educação manterá afixada à vista do público interessado, durante o ano, classificação dos docentes inscritos, na Secretaria de Educação, sito à Rua Dr. Adhemar de Barros, 565 - Centro.

Artigo 37- Os professores que assumirem classes e ou aulas em 2023 deverão trabalhar em consonância com o regimento comum das escolas municipais devendo:

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

I Participar da elaboração do Projeto Pedagógico;

II Elaborar e cumprir o Plano de Ensino de acordo com o mesmo e com o projeto em que estiver trabalhando;

III Zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV Cumprir os dias letivos e horas estabelecidas na legislação;

V Participar de todas as reuniões de Conselho de Classe e Ano;

VI Colaborar com as atividades de articulação escola/comunidade;

VII Participar integralmente dos períodos destinados ao planejamento, à avaliação, formação e capacitação profissional;

VIII Participar de cursos, palestras e oficinas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;

IX Estabelecer estratégias para diminuir os índices de evasão e repetência;

X Participar dos H.T.P.C's.

Artigo 38- De acordo com o inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários para:

I) Dois cargos de professor;
II) Um cargo de professor com outro cargo técnico ou científico.

Artigo 39- A responsabilidade pela verificação da situação do docente para acúmulo de cargo município/estado ou município/município é do Suporte Pedagógico da Unidade Escolar e Secretário Municipal de Educação. (Anexo IV)

Artigo 40- As "faltas aulas" serão somadas para o perfazimento de "falta dia" conforme número de aulas semanais. O saldo de "faltas aulas", no mês de dezembro, será convertido em "falta dia", a ser consignada no último dia do exercício.

Artigo 41- Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Educação obedecida às legislações pertinentes no âmbito Municipal, Estadual ou Federal.

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

Artigo 42- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio das Pedras (SP), 29 de setembro de 2.022.

DANIEL GONÇALVES
Secretário Educação

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA AMPLIAÇÃO DE JORNADA

Eu, _____,
portador(a) do CPF nº _____._____._____ - ____, servidor(a) efetivo(a) no cargo de **Professor Adjunto**, que tem a jornada de trabalho de 18 horas aula semanais , PLEITEIO ampliar minha jornada de trabalho em _____ horas semanais para o ano letivo de 2023 de acordo com o artigo 55 da a Lei Municipal nº 2441 de 2008.
Peço deferimento.

Rio das Pedras, ___/ _____/ _____.

_____
Assinatura

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

ANEXO II

RECURSO

SR (A) SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

_____ (nome) R.G. _____, titular de cargo de _____,com sede na E. M. _____ vem respeitosamente requerer a Vossa Senhoria a revisão da sua classificação no Processo inicial de atribuição de classes/aulas – 2023.

Motivo da solicitação:

_____

_____

_____

_____

Nestes termos

P. Deferimento

Rio das Pedras,_____de _____ de 2022.

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

ANEXO III

REQUERIMENTO PARA REGER CLASSE EM ÁREA DIFERENTE DO CONCURSO PÚBLICO DE SUA EFETIVAÇÃO

Eu,_____, portador (a) do CPF Nº_____, servidor (a) efetivo (a) no cargo de Professor (a)_____ - _____,vem através deste manifestar interesse em reger classe no ano letivo de 2023 em área diferente daquela estabelecida pelo concurso público do qual sou efetiva, conforme estabelece o Art. 47, § 3º da lei nº2694, de 22 de novembro e 2011.

Nestes termos,

P. Deferimento

Rio das Pedras,_____de _____ de 2022.

RIO DAS PEDRAS
A CIDADE DOÇURA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

....., RG. .....

DECLARO, sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação remunerada que:

( ) não exerço ( ) exerço ( ) outro cargo ( ) emprego ( ) função pública

Os campos abaixo somente deverão ser preenchidos no caso do declarante ocupar outro cargo, emprego ou função pública

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE/CARGO

Unidade: ..... Fone: .....

Endereço:.....

Bairro: ..... Cidade: .....

Cargo/emprego/função: ..... Regime Jurídico: .....

2 - HORÁRIO DE TRABALHO:

Dia da semana		Horário	
2ª feira	das	às	horas
3ª feira	das	às	horas
4ª feira	das	às	horas
5ª feira	das	às	horas
6ª feira	das	às	horas
Sábado	das	às	horas
Domingo	das	às	horas

Total da carga horária semanal:.....

Esclareço que a distância entre as unidades em que vou atuar é de aproximadamente.....km e que utilizarei ..... como meio de transporte, gastando no percurso ..... horas e ..... minutos.

Rio das Pedras, de de 2022.

Assinatura do Servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS – ESTADO DE SÃO PAULO
Ladeira José Leite de Negreiros nº 10, Centro – CEP 13390-049 – Rio das Pedras/SP
www.riodaspedras.sp.gov.br– Fone (19) 3493-9490